

A CAPTURA COMO EXPERIÊNCIA

Investigações pragmáticas e teorias do poder*

Francis Chateauraynaud

École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. E-mail: francis.chateauraynaud@ehess.fr

Tradução de Diogo Silva Corrêa

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

E-mail: dioscorrea@gmail.com

DOI: 10.17666/329504/2017

Ao modificarem profundamente o modo de realizar investigações, as sociologias que reivindicam uma *démarche* pragmática colocaram em evidência novas dimensões da vida social e mudaram o estatuto de um grande número de objetos. Ao fazerem isso, elas participaram amplamente da reconfiguração de centros de interesse e de programas de pesquisa das ciências sociais contemporâneas, incluindo os setores que reafirmam uma preferência pelo racionalismo. Contudo, por detrás da marca “pragmática”, hoje banalizada, diferentes abordagens

têm se realizado, manifestando divergências sobre a definição do que está em jogo nesse caldeirão borbulhante da disciplina. Nestes últimos anos, várias tentativas de clarificação foram realizadas por filósofos preocupados com a questão das relações entre o pragmatismo clássico e as ciências sociais (Cometti, 2010; Frega, 2012; Garreta, 1999; Girel, 2013). Um dos possíveis pontos de ligação entre todas as abordagens, sem dúvida, diz respeito ao fato de que todas refutam a ideia que considera a experiência das pessoas e dos grupos uma fonte secundária, a qual não daria senão um acesso muito aproximado do que se trama no mundo social. Nem racionalista, nem relativista, o ponto de vista pragmático confere um verdadeiro estatuto epistêmico às experiências e aos diferentes procedimentos utilizados para ligá-las aos processos coletivos. Neste artigo, conservemos a ideia, já exposta alhures, de que, no espaço francófono, a sociologia contemporânea se formou a partir de três correntes particularmente marcantes,

* Esse texto beneficiou-se das leituras atentas e instigantes de Daniel Cefaï, Josquin Debaz, Élise Demeulenaere, Cathy Dubois, Jean-Michel Fourniau, Bernard Kaloara, Jérôme Lamy, Arnaud Saint-Martin e Adhémair Saunier. Agradeço-lhes calorosamente, assumindo, como se deve, todos os pontos passíveis de críticas que permanecem no texto.

criando uma espécie de triângulo no qual cada uma das pontas pode ser designada por um conceito-chave: ação situada (Louis Queré), ator-rede (Michel Callon e Bruno Latour) e prova de justificação (Luc Boltanski e Laurent Thévenot). Para além de suas diferenças, essas três linhas de trabalho possuem uma característica comum: a ruptura para com as grandes teorias críticas ainda em voga (Michel Foucault, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens) e seu afastamento correlativo *vis-à-vis* às questões de poder e de dominação. Para os sociólogos pragmáticos, a célebre concepção de Max Weber congela em uma tipologia as relações constantemente postas em causa nas situações. Estipulada em diferentes tipos históricos – feudal, patrimonial, burocrático, racional-legal, carismático – a dominação é concebida por Max Weber como a “possibilidade de encontrar determinadas pessoas prontas para obedecer a uma ordem de conteúdo determinado”.¹ Em si, essa definição é, sobretudo, pragmática. Ao entender a dominação como a simples expressão de uma diferença de *status* social ou de uma relação hierárquica que transcende as trocas entre as pessoas ou grupos, perde-se uma modalidade realmente presente em Max Weber: mesmo concebida minimamente como um poder de comando, a dominação não é dada; ainda é preciso *encontrar* as pessoas *dispostas* a obedecer. Esse duplo constrangimento, relacionado com um mundo complexo como o nosso, só pode ser superado por um trabalho sobre a natureza dos elos entre as pessoas e os grupos, trabalho que supõe, por sua vez, a capacidade de discernimento, do qual mostramos que ela mesma repousava em um diferenciais de aderências² (Chateauraynaud, 2006). Em outros termos, é por um certo tipo de atividade que se tecem novas formas de poder e de dominação, que não são senão parcialmente descritas ou contidas nas categorias clássicas que fazem do poder a resultante de diferenças de *status* e de recursos solidamente estabelecidos. Diante das formas instituídas do poder, elas próprias inscritas nas ordens tradicionais ou jurídicas, a figura do carisma desempenha um papel maior – e, de fato, ela compõe uma das maiores contribuições da sociologia de Max Weber, marcada por um interesse contínuo pelos movimentos religiosos. Isso posto, o tipo carismático não fornece a gama completa de técnicas de dominação

com as quais um ator chega a instaurar uma relação de captura.³ É mesmo frequente de denominar outrem contornando as provas habitualmente associadas ao modo carismático. Em todo caso, é isso que indicam as nossas investigações realizadas à margem do estudo das controvérsias públicas e pelas quais uma pragmática das relações de captura, pouco a pouco, se impõe, dando ocasião para completar, de modo útil, o quadro dos modos de dominação.

Desde os anos de 1980, múltiplos trabalhos procuraram caracterizar uma forma de “dominação doce”, que seria a resposta dada à crítica radical dos poderes, da qual Maio de 1968 ainda constitui o ponto culminante. Mas a “doçura” em questão não cessou de se exprimir em novas formas de violência, da qual a noção de “assédio” é uma de suas traduções jurídicas. Isso indica a presença de processos mais profundos, parcialmente velados pela pregnância de uma lógica das redes em que todos os elos parecem facilmente ativáveis e reversíveis, dando a impressão de que as obrigações são, na realidade, pouco coercitivas – e, ao menos, negociáveis. Ao explorar mais a maneira como se fazem e se desfazem as relações de captura, no coração mesmo dos elos múltiplos e dos emaranhados em que se movem as pessoas e os grupos, vê-se aparecer um tipo de contraponto à dominação carismática. Se a figura do chefe encarna, no século XX, a instauração de práticas de comando ligadas ao agenciamento de organizações e máquinas cada vez mais complexas (Cohen, 2013), o tipo de ator que é visado aqui, designado sob o neologismo *capturador* (*empeneur*), literalmente *coeficiente de captura* (Chateauraynaud, 2006), desenvolve uma atividade mais discreta: a esse respeito, os atores evocam frequentemente a figura da aranha, que tece uma multiplicidade de teias, realizando diversas relações difíceis de serem visualizadas. A captura elabora-se na duração, explorando os ângulos mortos do espaço público e, quando o capturador é identificado, já é tarde demais: as consequências da assimetria de aderências duráveis que ele chegou a criar ou a desenvolver se fazem cruelmente sentir pelos que aparecem então como perdedores ou vítimas. Mas essa atividade, desenvolvida nas zonas de transação entre o visível e o invisível, não pode ser desvinculada da própria experiência de captura, e ela figura, ao menos como limite possível, na apreensão ordinária

de toda relação. A esse respeito, ela interessa a uma sociologia pragmática atenta às modalidades de ação e de interpretação que afrontam a questão da reversibilidade, aos pontos de bifurcação (*turning points*) ou às mudanças de configuração que afetam o jogo de atores compreendidos na longa duração.

Além do desvelamento

Com relação às descrições propostas atualmente pelas sociologias pragmáticas, um parâmetro empírico deve ser modificado: como ela não aprova as formas objetivadas e ritualizadas de poder, a captura não é diretamente observável, não se confunde com simples técnicas de manipulação e coloca de maneira crucial, para os próprios atores, a questão de sua tangibilidade e de sua comunicabilidade. Aquele ou aquela que toma a iniciativa de desmontar as relações de captura corre o risco da exclusão e, em todo caso, de suprimir os constrangimentos de expressão pública de causas individuais e coletivas. Um retorno detalhado sobre o *caso* Snowden não será feito no presente artigo, mas ele apresenta um precedente na escala global que funciona como a pedra que desencadeia a avalanche: todos os dias, em todos os tipos de ambiente e organização, pessoas ou grupos detectam pontos disfuncionais, anomalias ou maus-tratos, entreveem a existência de um verdadeiro “sistema”. Contudo, a lista de causas que conseguem atravessar o limiar das arenas públicas e nela produzir efeitos reais é relativamente reduzida. Nesse processo, a parte emocional é tal que ela frequentemente basta para que a causa seja remetida à patologia ou à subjetividade ferida, enquanto, ao mesmo tempo, é ela que fornece uma via de acesso inédita aos jogos de poder de outro modo invisíveis.⁴

Para distanciar-se da pretensão de dizer o que é invisível, os sociólogos pragmáticos ou pragmatistas recorreram a uma noção inspirada na metáfora marxiana do véu que é preciso rasgar para erradicar a falsa consciência: aquela do *desvelamento* (Boltanski e Thévenot, 1991). Ele serve para designar as operações críticas pelas quais os estados do mundo são revelados ao público, operações que devem ser tomadas por objeto, e não serem assumidas enquanto

tais pelos pesquisadores – ao menos sem um longo circuito de reflexividade. Se a “sociologia da crítica” insistiu particularmente sobre esse ponto, um movimento análogo ocorreu na sociologia dos atores-rede. De uma maneira geral, nas sociologias pragmáticas “seguem-se” os atores, “descrevem-se” seus bloqueios e recursos, “restituem-se” seus discursos e suas ações, “cola-se” o mais próximo dos dispositivos e das situações, “distancia-se” ou “coloca-se entre parênteses” toda interpretação e põe-se a “aplainar” e a “clarificar” os suportes críticos, as formas de julgamento ou de avaliação, conferindo uma atenção particular às categorias e aos instrumentos. Há vários caminhos e diferentes métodos para realizar esse programa que, de um ponto de vista genealógico, encontra sua verdadeira fonte na etnometodologia, mas, em todos os casos, trata-se de confiar nos atores sem procurar revelar uma realidade mascarada ou submersa nas situações e nos processos estudados. Entre os métodos preconizados, um deles tem enorme sucesso desde os anos de 1990: trata-se de estudar as disputas, os *casos* e as controvérsias, insistindo sobre os momentos de prova e de tensão que obrigam os protagonistas a tornarem visíveis seus recursos e suas opções, em particular suas concepções do bem e da verdade, e a inventarem, geralmente em um movimento de coprodução, outras disposições ou novas figuras argumentativas.

Da extensão do domínio da coprodução à crítica dos tecnopoderes

A sociologia contemporânea, essencialmente descritiva e analítica, pode retomar o caminho da explicação pelas relações de poder e de dominação? O empoderamento, depois de mais uma década, de atores dotados de competência crítica e de capacidades de expressão pública, encarnando o que Pierre Rosanvallon (2006) chamou “contrademocracia”, deslocou o centro de gravidade da questão política para as ciências sociais. O acento, primeiro, foi colocado sobre as novas figurações do espaço público, com um foco particular sobre as formas de participação (Blondiaux, 2008; Zask, 2011), que a internet não faz senão amplificar (Cardon, 2010; Jeanneret, 2014). Como renovar com as ve-

lhas figuras críticas dos poderes quando todos os tipos de atores surgem nas arenas submetidas antes a severas condições de acessibilidade, quando contrapoderes nascem em torno de novas práticas (*wikileaks*) e quando alertas circulam e tomam amplitude incomodando os poderes mais consolidados? Os ditos poderes aparecem, diga-se de passagem, bem pouco previsíveis e organizados, como mostrou o caso Snowden, tornado emblemático pela “fuga” de informações regidas pelo segredo de Estado (ver o sentido literal de “leaks” no Wikileaks). Aliás, as elites estão, a partir de então, submetidas a fortes constrangimentos de justificação, enquanto, em face de ambientes e comunidades, atestam seu “empoderamento”, como no movimento da justiça ambiental nos Estados Unidos (Sze, 2007). Mesmo nas ciências, a ideia de co-construção, de continuidade ou de interferência entre as formas de saberes terminou por se impor, ao menos no discurso, indo por vezes até a modificar duravelmente as condições de produção de *expertises*, tornadas “coletivas”, “plurais”, “dialógicas” ou “cidadãs” – o que faz, é claro, eco com a capacidade de agir da comunidade de investigadores ligada à formação de públicos, segundo John Dewey ([1927] 2010). A exigência de um diálogo entre ciência e sociedade, por muito tempo incitada pelas próprias ciências sociais, encontrou as palavras de ordem institucionais. Em suma, nessas condições, a referência a jogos de poder mais ou menos dissimulados sob as cenas públicas poderia facilmente se aparentar como uma virada e uma adesão à teoria do complô!

O poder, nos dizem as novas ciências sociais, é dos cidadãos! A sociologia das mobilizações e das formas de participação, assim como as teorias da deliberação, contribuíram para deslocar os debates que opunham, sobretudo nos Estados Unidos nos anos de 1980, duas concepções de cidadania, a saber, aquela do indivíduo autônomo e aquela da identidade comunitária. As reinterpretações sucessivas da obra de Jürgen Habermas tiveram peso nesse movimento, ao abrir um modelo de democracia dialógica. A cidadania pôde, desde então, ser pensada como atividade e como experiência. O que chama a atenção, hoje, é quando nos afastamos do cidadão como simples eleitor (administrado e contribuinte), em prol de uma gama sempre mais

ampla de práticas e formas de expressão de uma cidadania (Cefai, 2007; Zask, 2011; Clark *et al.*, 2014). O objeto deste texto não é genealógico, mas é preciso remontar à cidade grega ou à Revolução Francesa, já que é importante lembrar a multiplicidade de raízes do retorno à cidadania como atividade compreendida em processos abertos. Isso porque tais raízes nos levam, de um lado, na direção de John Dewey ([1927] 2010), defensor da ideia de democracia como modo de vida, abordagem que também encontramos em Hannah Arendt (1995), por exemplo em *Qu'est que la politique?* (1995), em Benjamin Barber (1997), em torno da noção de “democracia forte”, ou, mais recentemente, em um jurista constitucionalista como Dominique Rousseau, com a “democracia contínua”.⁵ Mas o deslocamento do objeto do político na direção da atividade de cidadãos também foi operado em um enquadramento mais crítico. Uma abordagem pragmatista, inspirada por John Dewey, pode sob esse ponto convergir com uma abordagem crítica, como aquela que cultiva Jacques Rancière (1990) através de processos de subjetivação política – o agir político se opondo, nesse último, à polícia, quer dizer, ao governo de condutas.

Quem diz governo de condutas, diz imediatamente concepção de poder segundo Michel Foucault. O inventor do conceito de biopoder ocupa uma posição central em toda essa história (Rabinow, 2011), pois, enquanto a ideia de uma cidadania como atividade de coprodução contínua da ordem política se impõe, outras correntes esforçam-se para mostrar que novos modos de dominação se encontram em operação e que a sociologia crítica dos poderes, e especialmente dos tecnopoderes, está mais do que nunca na ordem do dia – ao menos se quisermos compreender as evoluções em curso do “sistema”. Ao ler as numerosas contribuições sobre esse tema, nós teremos entrado em uma era de superpoderes, marcados por uma aliança inédita entre três lógicas: a do capitalismo financeiro, a da sociedade de vigilância e a da toda poderosa tecnociências em vias de redefinir todo tipo de ambientes, corpos e matérias (Pellizzoni e Ylönen, 2012). Sem dúvida, a ascensão fulgurante e a fecundação cruzada da genética, da bioinformática e das nanotecnologias deram uma atualidade particular ao biopoder, segundo Foucault (Bert e Lamy,

2014). É preciso ainda deixar aprofundar mais o fosso entre uma *démarche* pragmática que suspende a crítica de poderes e a fábrica de dispositivos de desvelamento que orientam a investigação na direção da denúncia de controles globais.

O pragmatismo e o poder: como renovar os fios sem criar um curto-circuito?

Graças à valorização da pluralidade de estilos, de atividades situadas, de capacidades de investigação e deliberação, de formas de conhecimento imanentes aos dispositivos em ação, o poder surge, para os pragmatistas, como uma figura obsoleta, amplamente fundada sobre uma visão cínica, senão paranoica, das relações sociais. De fato, se nos ativermos às diversas traduções francófonas das máximas pragmatistas, a principal linha de ruptura com as sociologias ditas clássicas é bem aquela das formas de dominação e dos jogos de poder que elas alimentam. Há, desse ponto de vista, diversas estratégias: seja considerando que sempre houve uma forma de crítica dos poderes nas abordagens pragmáticas que não fazem senão romper com a hegemonia de certos pensadores (Michel Foucault e Pierre Bourdieu, entre outros) e o caráter naturalizante de certas noções – como a ideia que há dominantes e dominados, ou que o poder, ainda que distribuído, é onipresente, incluindo a produção de saberes; seja estimando que apenas as formas de discurso sobre o poder são pertinentes para a investigação e, assim, nós nos esforçamos para delas fornecer uma descrição o mais correta possível; seja, ainda – e essa será a nossa opção –, adotando a existência de profundas assimetrias entre os atores e, sobretudo, de um trabalho contínuo para criá-las ou entretê-las, mascará-las ou denunciá-las, inscrevê-las em *status* e instrumentos, ou, ao contrário, para revertê-las ou relativizá-las.

O contexto particular desse início do século XXI parece favorável a aproximações inéditas. É o que indica a maneira como vários autores tentam construir novos pontos: entre descrição contextualizada e a crítica social, entre a análise de dispositivos em situação e a denúncia das assimetrias, entre o pragmatismo, suas experiências e seus públicos e os pensamentos mais críticos como o marxismo

(Renault, 2013). Se a renovação da crítica social é tangível há alguns anos, a maneira como o pragmatismo é investido por diferentes tipos de autores em busca de novos pontos de apoio é um testemunho a mais disso.⁶ Isso posto, a participação de John Dewey na comissão de investigação visando a inocular Trotsky de acusações de Stalin, sua influência eventual sobre a formação intelectual do camarada Mao, ou sua relação crítica com o capitalismo norte-americano não devem nos distrair do objetivo que consiste em orientar a investigação pragmática. Se se admite que o estudo da dinâmica das controvérsias e das modalidades práticas de formação de públicos não pode ignorar os jogos de poder, sua capacidade de se perpetuar ou de se reconstituir sem cessar e seus efeitos deletérios quando eles descartam populações inteiras, duravelmente afetadas, é preciso conceber um novo espaço de encontro. A questão do que lhes afeta, dos diferenciais de afetos, é um dos pontos de partida possíveis para uma releitura pragmática da questão do poder. Ela conduz a prestar atenção aos elos entre uma abordagem compreensiva dos afetos e uma concepção neo ou pós-foucaultiana do poder, a saber, a capacidade de agir sobre a ação dos outros, a literalmente afetar seu curso e sua inteligibilidade. É, ao menos, o que incita a pensar uma passagem como a que segue:

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre coisas: ele força, ela dobra, ela quebra, ela destrói: ele encerra todas as possibilidades; ela não tem diante dela outro polo que o da passividade; e se ela encontra uma resistência, ela não tem outra escolha senão esforçar-se para reduzi-la. Uma relação de poder, todavia, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis exatamente por serem uma relação de poder: que o “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja bem reconhecido e mantido até o final como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (Foucault, 1982).

Poucos autores até os dias de hoje colocaram abertamente em questão as relações entre pragmatismo e as teorias do poder. Joel Wolfe é uma das

exceções ao propor que se leia nas obras de John Dewey uma “teoria tácita do poder”, que ele vincula à abordagem transacional da ação, da investigação e da experiência, evitando reificar ou congelar o poder como um recurso, ou um *status* inerte, fora da prova, por certos autores (Wolfe, 2012). Em outros termos, sem chegar ao ponto de imaginar uma perfeita superposição com o pensamento foucaultiano, o pragmatismo advoga por uma recusa à concepção essencialista do poder, mesmo sob a forma relativa de uma posição dominante velada por uma pretensão ao bem comum ou ao interesse geral. Trata-se, de algum modo, de beneficiar-se da contribuição do “consequencialismo”, própria a toda *démarche* pragmatista: pode-se ligar os modos de afetar e de se sentir afetado a uma concepção do poder como produto contínuo de operações de captura de processos que constituem a resolução de problemas – o que, segundo Joel Wolfe, passa por mediações sociais constantemente reengajadas e reinterpretadas. Desse modo, esse autor desenvolve uma visão do poder como um fenômeno caracterizado tanto por sua negatividade como por sua produtividade, tanto por sua ubiquidade como por sua propensão a criar diferenças marcantes entre os seres, reencontrando assim traços presentes em Michel Foucault ou em Anthony Giddens.⁷ Olhemos a esse propósito a definição que Anthony Giddens dá no glossário de sua obra intitulada *Sociology*:

Poder: a capacidade dos indivíduos, ou de membros dos grupos, de atingir os objetivos ou de promover os interesses que eles defendem. O poder é onipresente em todas as relações humanas. Diversos conflitos na sociedade são lutas pelo poder, porque a quantidade de poder que um indivíduo ou um grupo é capaz de atingir governa a sua capacidade de realizar seus próprios desejos em detrimento dos desejos dos outros (Giddens, 2009).

Os ingredientes unidos pelo sociólogo de Cambridge giram em torno de uma capacidade de ação em uma relação de forças, ação orientada por um dispositivo intencional definido por um objetivo ou por um interesse. Assim, Anthony Giddens revela uma onipresença do poder em toda forma de rela-

ção humana. Ele faz disso uma característica antropológica incontornável das trocas interindividuais e coletivas. E se o termo “poder” se impõe nas ciências sociais – e na sociologia em particular – é antes de tudo por seus efeitos, sobretudo os oriundos da imposição de sua vontade em detrimento da vontade de outros, o que, em contrapartida, nutre a conflitualidade, uma vez que o afrontamento de desejos, vontades e interesses é inevitável no curso ordinário da vida social. A onipresença do conflito – que lembra as lições pioneiras de George Simmel – pode, assim, conduzir a uma concepção transacional, ela mesma fundada no papel estruturante das experiências práticas; o desafio das relações de poder torna-se, do mesmo modo, aquele da captura dos indivíduos e grupos da natureza de suas experiências, passadas, presentes e futuras (Wolfe, 2012).

Pode-se, assim, redefinir a captura como a tomada de controle das experiências do mundo social por certos atores, indivíduos ou grupos. Vê-se imediatamente como, segundo o ponto de entrada escolhido, a tomada de controle sobre a experiência pode ser julgada positiva ou negativamente se ela torna possível a conquista de controle ou, ao contrário, reduz a quase nada o acesso ao desenvolvimento autônomo da experiência. O domínio da educação, concebido ao mesmo tempo como lugar de exercício da violência simbólica e como fonte primordial da emancipação, é o terreno por excelência da confrontação de visões de mundo. De fato, aí se leem imediatamente as relações de poder, frequentemente reduzidas a relações de captura e de imposição de legitimidade – redução cuja performatividade é contestada tanto por John Dewey (1934), através da busca pelo equilíbrio entre ação e recepção, como por Jacques Rancière (1987), em seu livro sobre o *mestre ignorante*. Esse ponto mostra que uma pragmática da captura deve afrontar, de uma maneira ou de outra, a questão da educação, entendida idealmente como matriz de formação de experiência geradora de novas experiências (Girel, 2007; Frances, 2013), ideal este central, ao menos, na concepção de democracia de John Dewey e George Herbert Mead. É sobre a irreversibilidade dos diferenciais de experiências primeiras que se funda uma sociologia da dominação como a de Pierre Bourdieu, a qual liga fortemente as ca-

pacidades de ação ou de reação, de deslocamento ou de resistência nos mais diversos jogos de poder às propriedades dos *habitus*. A sociologia pragmática tem, sobretudo, a tendência de dotar os atores de capacidades de aprendizagem contínuas, em coerência com o caráter situado das provas e das diferenças que elas fazem surgir. À concepção hierárquica e projetiva de saberes e de disposições se opõe aquela de um uso tático e prático, próximo da *métis*.⁸ Essas faculdades de percepção e de ação são necessárias para sobreviver nos jogos de poder e para discernir o que se trama no coração dos dispositivos mais formalizados – para ler as regras aprende-se a ler nas entrelinhas. A esse respeito, olhemos para como Gilles Deleuze apresenta a “microfísica do poder” no seu comentário a Michel Foucault:

Ao mesmo tempo locais, instáveis e difusas, as relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foro único de soberania, mas vão a cada instante “de um ponto a outro” em um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, viradas, mudanças de direção, resistências. É por isso que eles não são “localizáveis” em tal ou tal instância. Eles constituem uma estratégia, como exercício do não estratificado, e as “estratégias anônimas” são quase mudas e cegas, dado que elas escapam às formas estáveis do visível e do enunciável [...]. É verdade que, segundo Foucault, tudo é prática; mas a prática do poder permanece irreduzível a toda prática de saber. Para marcar essa diferença de natureza, Foucault dirá que o poder remete a uma “microfísica”. A condição que não se compreende o “micro” como uma simples miniaturização das formas visíveis e enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível do saber: ligações móveis e não localizáveis (Deleuze, 1986).

É, portanto, à evidenciação das artes da captura e de possuir o outro, fundadas sobre elos móveis e difusos, que pode contribuir uma *pragmática do poder* que não se contenta com a contextualização de modos de dominação bem identificados, pois os diferenciais de *aderências* produzem, sempre de

modo gradual e sem fazer barulho, relações de *captura* que operam com base em modos menores da realidade social, de forma fragmentada e paulatina, sob o fundo de saberes tácitos, cuja performatividade se deve precisamente ao seu baixo grau de visibilidade pública. A longa duração e a discrição de processos de captura que preparam uma tomada de poder tornam frequentemente indescritível o jogo de forças pelo qual seu autor obteve sucesso em instalar suas aderências e a torná-las legítimas aos olhos de uma multidão de atores cuja visibilidade, no sentido de ângulo de visão, foi reduzida ou, ao menos, tornada nebulosa. Muitos *casos* políticos tornam manifesta a espessa neblina em que navegam a maior parte dos atores, contudo implicados, concernidos e calculadores... Uma análise nos termos de George Herbert Mead diria que essa nebulosidade da perspectiva de cada ator está ligada à sua imbricação em uma rede de perspectivas, até mesmo “perspectivas sobre perspectivas” (Daniel Cefai, 2007), em que algumas chegam a prevalecer e a se tornar dominantes.

Em suma, ao integrar várias lógicas, teorizadas ou explicitadas por tradições diferentes, pode-se recolocar o “poder” ou a “dominação” no jogo sem reificá-los sob a forma de enteléquias: partamos de formas de ação sobre a ação dos outros, nas quais se fabricam, na prática, as maneiras de governar outrem (Cohen, 2011, 2013), para ir na direção das relações de captura, da qual um dos recursos é a conquista do território de experiências, o que mostra muito bem a análise das críticas à feitiçaria (Favret-Saada, 1977, 2009), de modo a nela compreender, ao mesmo tempo, modos de resistência (Scott, 1990) e formas de impotência e de ressentimento.⁹

Entre o regime legítimo – fundado sob uma lógica do mandato e submetido a provas de justificação pública contínuas – e o poder tirânico – que se exerce por pura violência e não chega a sustentar-se na duração, senão pela interiorização da ameaça, da resignação e da autodestruição da capacidade de abertura de futuros –, há uma terceira figura que é preciso tornar plenamente inteligível: aquela da relação de captura na qual, malgrado a experiência de tensões e coerções, os atores continuam a aderir ao funcionamento dos dispositivos e dos ambientes que eles ligam. Esta figura é, em realidade, subja-

cente às duas outras, estilizadas sob a oposição banalizada da democracia e da ditadura. Os processos de captura operam mesmo nos casos extremos, sem o que os chefes não seriam mais chefes e as ordens e outras incitações não funcionariam mais na prática (Cohen, 2013). Esta figura, mais instável, jogando com todas as zonas cinzentas possíveis, dá lugar a muitas transações, negociações e interpretações, ao menos até que a crise exploda. Fazer sociologia supõe, então, explorar como as pessoas e os grupos se esforçam para limitar as assimetrias de captura para criar as condições de reversibilidade do processo. Para isso, os atores desenvolvem *etnométodos* particulares, dos quais uma das características é a provação ou a ação de pôr à prova as diferentes teorias do poder. Abrindo sobre uma dinâmica de capturas e de seu escape, a relação de captura remete à ideia de um poder em movimento, no qual os protagonistas evoluem de maneira discreta, avaliando permanentemente, através de “microdisputas” e de “momentos paranoicos”, os riscos de ir para o conflito ou para a prova de força. Sendo o aumento da intensidade das tensões ou a ruptura sempre possíveis, o equilíbrio dinâmico repousa sobre as capacidades diferenciais de atores, capazes ou não de discernir, de construir, de explorar ou de fazer retornar as incertezas, capacidades que repousam largamente sobre suas experiências anteriores de assimetria, de manipulação ou de captura. Um dos pontos de aplicação dessa pragmática de *aderências* e de *capturas* concerne à distribuição de formas de responsabilidade e de capacidades de agir, em particular nas relações de trabalho (Zimmermann, 2011). No coração das relações que se tecem de maneira durável entre os atores, ela permite compreender o que pesa sobre a reconfiguração de engajamentos e, em certos casos, os precipita na direção da ruptura, em razão da antecipação de “ciladas” ou de “armadilhas” que provocam ou provocariam danos irreversíveis.

Uma casuística em constante transformação

A exigência de descrição em profundidade, com atenção aos detalhes da ação e da argumentação, não cessa de motivar as lógicas de investigação pragmáticas que repousam sobre uma forma de

acumulação reflexiva de múltiplos dossiês. Assim, a investigação sobre as relações de captura deu lugar à construção de um espaço de variações unindo em uma mesma coleção todos os tipos de *casos* – mais de quinhentos *casos* recolhidos entre 1997 e 2014. Dois eixos principais permitiram ordená-los rapidamente: o primeiro opõe *casos* públicos particularmente marcantes (*caso* Clearstream, Kerviel, Servier, Armstrong, Snowden, Bygmalion etc.) aos conflitos mais discretos que é preciso detectar em locais poucos visíveis. Diante da pouca mobilização ou da ausência de polêmica midiática, as fontes dispostas a contribuir são sobretudo os sindicatos, os médicos de trabalho ou os tribunais, sem esquecer dos blogs ou dos testemunhos encaminhados por todos os tipos de interlocutores e de suportes. O segundo eixo distingue os *casos* diretamente observados, em particular no funcionamento cotidiano das instituições de ensino superior e de pesquisa e, do outro lado do *continuum*, testemunhos ou panfletos nos quais, sob uma forma estilizada, os autores expõem a experiência de uma captura vivida intensamente e frequentemente de forma traumática.¹⁰ Trata-se de um *corpus* aberto, constantemente enriquecido, no qual estão incluídas anedotas pescadas em conversas ordinárias. A ideia diretriz é que os processos de captura não podem ser jamais apreendidos de uma só vez: salvo imersão total em um universo específico como uma seita, eles não são diretamente observáveis e supõem que se disponha de traços e testemunhos encaminhados de modo gradual, fazendo variar os casos a partir de revelações *ex post* (como quando as ‘línguas se desvinculam’ sobre o funcionamento de um “sistema”, por exemplo o “sistema Descoing” na Science Po de Paris...) até os lançadores de alertas ou acusações ouvidas muito por alto e geralmente pouco seguidas, passando por momentos de confrontação de interpretações sobre os jogos de poder, dos quais as instituições e as burocracias estão repletas (ver Crozier e Friedberg, 1977).

A elaboração dessa coleção aberta foi efetuada à margem de outros trabalhos, voltados para a dinâmica de controvérsias públicas e seguindo o mais perto possível a evolução de jogos de atores e de argumentos, até o tipo de resolução – ou não resolução – produzida no curso do tempo: autorizar ou

não culturas transgênicas, fechar ou relançar centrais nucleares, interditar ou não produtos químicos suspeitos de serem perturbadores endócrinos, aceitar ou calar a contestação dos meios profissionais afetados por uma reforma (pesquisadores, temporários, pessoas do ambiente hospitalar). O fato de a maior parte dos casos examinados estar afastada dos objetos clássicos das sociologias do poder e da dominação se revelou heurístico. Por exemplo, um caso, não identificado no início como parte de uma coleção, surgiu via o *caso* do Mediator, consolidando a ponte entre a análise de controvérsia e a pragmática do poder: os casos de ligações ou de conflitos de interesses, hoje no coração das controvérsias, misturam desvelamento de redes de controle, atividades de influência e de *lobbying* (Laurens, 2013) e denúncias cruzadas nas arenas públicas.

De uma maneira geral, o acompanhamento de processos de alerta faz aparecer as relações de captura em que estão enredadas as pessoas e os grupos e torna manifesta a maneira como eles chegam ou não a delas se liberar e a tornar visíveis um “quadro” ou um “sistema”. Outro *caso* fortemente instrutivo é o caso do “sistema Armstrong”, que teria conseguido enganar as instâncias de luta contra o *doping* por longos anos.¹¹ Em uma outra escala, encontra-se a figura do “sistema quase-mafioso” revelado ao longo de uma série de casos de corrupção no departamento de Hauts-de-Seine.¹² Por comparação de casos e da busca por pontos de acesso situados nos processos públicos, conta é possível enxergar relações de captura que dão lugar a processos ou escândalos e aquelas que produzem reconfigurações mais discretas dos protagonistas, preocupados com sua reputação, empenhando-se para resolver sua querela sem crise ou conflito visível. Dito de outro modo, o espaço de variações, assim bem entendido, ajuda-nos a deslocar o foco da sociologia pragmática ainda muito ligada à dinâmica pública dos casos e das controvérsias (Cha-teauraynaud, 2011; Gilbert e Henry, 2012).

A fábrica das assimetrias em um mundo em rede

Uma vez que dissemos que a entrada pela denúncia não era suficiente, é preciso documentar a maneira como se nutrem os elos de captura. Como descrever

os procedimentos pelos quais aqueles que são possuídos ou controlados, ou sentem que vão ser possuídos ou controlados, chegam a se adaptar, a desfazer ou a desconstruir uma captura? Um dos ângulos de ataque de uma pragmática das assimetrias de *aderências* pode passar por um exame das estratégias utilizadas na fábrica das redes. Para as ciências sociais contemporâneas, a interpretação dos processos coletivos com base em modelos de rede é uma das vias mais heurísticas, cuja amplitude não cessa de se afirmar. Mas, a despeito ou em virtude de suas qualidades objetivantes, essa solução é sociologicamente incompleta.

Começemos por clarificar a própria noção de rede. Na física, em primeiro lugar. O cálculo de redes engaja metrologias, e os mapas que são objeto de modelizações eruditas são muito grandes (Guillaume e Latapy, 2010). Nos termos dos próprios especialistas, falar de análise de rede sem tratar de centenas de milhares de elos é propriamente metafórico. Entretanto, sem atingir tais volumes, as ditas redes ocupam um lugar maior nas várias correntes: a análise de redes sociais e de diferentes formas de capital social (Scott, 2013); a teoria do ator-rede nos *Sciences studies* (Callon e Latour); as redes cooperativas ou práticas coletivas distribuídas no coração do desenvolvimento da internet (Dominique Cardon); e, enfim, a referência mais abertamente metafórica a um “mundo em rede” (Manuel Castells) ou a uma “cidade connexionista” (Luc Boltanski e Ève Chiapello). Todas essas abordagens carregam consigo uma concepção positiva da rede como suporte incontornável do elo social, de modo que os aspectos descritivos e normativos se tornam indiscerníveis. Em razão disso, sem rede, nenhuma salvação! Mas essa positividade não chega a velar as formas de poder que a economia das redes torna possíveis. E não se trata apenas da arte de utilizar os “elos frágeis”, segundo a célebre fórmula de Mark Granovetter. Evidentemente, uma primeira definição da assimetria de poder sobre as redes pode consistir no seguinte: o fato de controlar as redes densas por elos frágeis minimizando as coerções de *networking*, isto é, explorando os elos já tecidos pelos outros. Mas ela não seria suficiente, pois se todos os atores compartilham essa faculdade de reagenciamento de nós e de elos, ela não permite explicar a formação de assimetrias duráveis.

Um dos problemas reside na fixação do raciocínio sociológico sobre as únicas propriedades formais das redes.¹³ Os efeitos de estrutura pesam sem nenhuma dúvida, mas a natureza dos elos também conta, até mesmo mais que os primeiros. Sobretudo quando se toma as redes do ponto de vista da experiência que delas fazem os atores. Uma rede não é simplesmente um jogo de conexões, mas o produto de uma atividade contínua de discernimento e de avaliação dos elos, de maneiras de aproximá-los e de mantê-los. A sociologia das assimetrias de aderências deve, assim, responder ao questionamento mais profundo da cartografia das redes: como seguir as reconfigurações sucessivas de elos e a maneira como os atores percebem, avaliam, produzem suas relações ou suas não relações, suas alianças e suas oposições? Que significa desenvolver uma rede e sobretudo como se conduzir nela para acioná-la no contexto adequado? Como, para além da equivalência formal de elos, se fabricam centros de controle e qual é o grau de assimetria que eles podem desempenhar sem suscitar crítica? Como se operam as transições entre lealdade, crítica, exclusão, resistência ao longo das reconfigurações sucessivas? Ao examinar de perto os processos pelos quais as entidades chegam a acionar as redes precisamente ali onde outras não conseguem o mesmo, constata-se que o número de elos não é suficiente. De um ponto de vista pragmático, um elo supõe um trabalho específico, pois é preciso assegurar sua *solidez* (o elo responde quando é solicitado), sua *permanência*, (ele pode ser ativado ou reativado na duração sem ser evanescente) e sua *condutividade* (o elo permite ativar outros elos e fazer passar recursos, como informações, instruções, instrumentos, bens, valores etc.). Esses constrangimentos de conectividade não podem ser satisfeitos por um único traço tirado entre dois pontos: as redes dependem da natureza do elo e sobretudo da interpretação que dele propõem os diferentes conectores. Isso será objeto de um outro texto, mas indiquemos aqui que a natureza dos elos implica um outro plano do que aquele da rede: o meio (*milieu*).¹⁴

A despeito das diferenças de interpretação, todos os observadores do trabalho e das organizações constataram uma tendência ao deslocamento de lutas frontais, dominadas por relações de forças ex-

plícitas, permitindo a emergência de conflitos coletivos na direção de um entrelaçamento de processos mais difusos, fragmentados, menos visíveis, mais personalizados e substituindo as estruturas hierárquicas ou burocráticas clássicas por formas rizomáticas cada vez mais difíceis de cartografar. De fato, a concepção em termos de “rede” passou do estado de ponto de apoio crítico ao de nova exigência normativa: o ator que consegue se impor é necessariamente aquele que sabe tecer e acionar as redes das quais ele controla os pontos de passagem obrigatórios. “Fazer rede” não significa somente desenvolver elos, mas também agenciá-los de maneira a controlar os nós que permitem ativar um máximo de relações a partir de um mínimo de deslocamento. De modo que aquele que quer ligar duas entidades deverá, em primeiro lugar, passar pelo coração da rede mantida por um outro. Agir em e sobre redes consiste, assim, identificar os bons nós e construir a malha de conexões pertinentes, formadas tanto por elos fortes, como por elos frágeis. Os mapas de elos frequentemente utilizados nos dias de hoje nas ciências sociais compõem, sem sombra de dúvida, bons dispositivos intermediários, associando o acompanhamento descritivo de jogos de atores e a faculdade de desvelamento de posições de captura ou de tomada de poder. Mas o que falta às análises de rede são os diferentes procedimentos pelos quais se elaboram as boas aderências, isto é, as aderências duráveis, permitindo ter controle sem dar a impressão de controlar, ou, inversamente, de desfazê-las ou de contorná-las. Isso porque se as operações de conexão ocupam a maior parte do tempo dos atores, para serem performativas, elas supõem outras operações mais fundamentais.

A individualização dos constrangimentos e a produção do ressentimento

A descrição de operações efetuadas sobre elos supõe também uma problemática cara ao pragmatismo clássico – o de Charles Sanders Peirce, em particular: a questão dos signos e de suas interpretações no curso da ação. Ora, se a sociologia pragmática foi sensível à importância dos atos de percepção, eles não concernem apenas aos ambientes

ou agenciamentos de objetos (Bessy e Chateauraynaud, 2014), mas também à maneira como se organizam as relações entre atores humanos, as quais podem sempre descambar na direção de processos de captura. Como se chega a discernir, mesmo confusamente, que se entrou em um sistema gerador de assimetrias de aderências? Não se descobre sempre demasiado tarde, uma vez sob o domínio de algo? Pode-se explicitar as modalidades práticas de uma justa apreciação, mesmo intuitiva e difícil de enunciar, de relações de poder? Pois bem, uma característica recai pesadamente sobre os atores contemporâneos que embarcam em organizações mais a mais complexas: uma individualização das coerções de funcionamento que os leva a psicologizar as tensões e os fracassos nas relações com os outros. Enquanto a busca por uma comunidade interpretativa que permita avaliar, pela investigação coletiva, a natureza dos elos é um dos recursos da imposição das coerções sociais, a individualização das provas segue direção oposta. As referências contínuas ao “estresse” ou ao “assédio” e mais geralmente à categoria problemática de “riscos psicossociais” (Clot, 2010) são índices fortes da repercussão do trabalho interpretativo e coletivo de evolução dos ambientes e dos dispositivos nos indivíduos. Esse constrangimento produz um estado de preocupação do qual uma das consequências negativas pode ser o ressentimento ou, no mínimo, a ruminação – figura espontaneamente culpabilizada, mas cujo processo de produção é muito mal analisado, ainda que as coisas tenham evoluído recentemente, sobretudo via o dossiê de suicídios no trabalho. O suicídio não é, obviamente, senão uma das questões mais fatais, mas outras são possíveis e se mostram à medida que o repertório de formas de degradação é ampliado.

Entre os casos estudados em profundidade, evoquemos rapidamente o de Tommaso F., engenheiro nuclear que tentou tornar público suspeitas de defeitos genéricos sobre as cisternas dos reatores: malgrado um início de mobilização ligado à inquietude de especialistas, o que bem cedo se definiu como lançador de alerta não chegou a ativar por muito tempo a defesa das redes antinucleares e, menos ainda, das agências de segurança nuclear. Multiplicando os recursos na justiça, que lhe conduziram até a *Cassation*, ele entrou em contato com

um sociólogo, testemunhando as reais dificuldades de ruptura com seu *caso*. Ele terminou por denunciar em um blog as técnicas de captura do “lobby nuclear”. Se Tommaso acabou descambiando para a violência, o processo de exclusão descrito por sua trajetória não deixa de evocar características encontradas a respeito de casos mais extremos, como na figura do *Super-Empowered Angry Man*. Popularizado nos Estados Unidos na sequência do *caso* do carbono (antrax) do outono de 2001, essa qualificação visa às pessoas que dispõem de uma competência suficiente para explorar as vulnerabilidades socio-técnicas e que, sob a influência de humilhações passadas, acumularam uma “raiva” suficiente do “sistema” para programar sua “passagem à ação” – o que inspirou em Hans Magnus Enzensberger a fórmula do “perdedor total” (Enzensberger, 2006)

No *Le siècle des chefs*, Yves Cohen sublinha a importância da noção de “preocupação” que “designa a maneira como os atores compõem uma questão acima da programação da ação e da qual eles mantêm ao longo de seu curso uma reflexão sobre a ação que pode ter um efeito sobre ela” (Cohen, 2013, p. 61). Revelando a proximidade com a noção de “problematização” em Michel Foucault, ele acrescenta que “a preocupação é uma modalidade de atenção ao real que não é da ordem do saber, mas da deliberação sobre a orientação a dar a uma ação ainda por vir” e que ela “irriga as práticas em todo o curso de ação” (*Idem*, p. 62). Manifestação de uma tensão prolongada entre o sensível e o inteligível, a preocupação desenvolve-se nos pontos de junção de uma atenção-vigilância intensificada no curso das coisas e de um raciocínio prospectivo e retrospectivo visando ao desvelamento das tendências que não estão ainda reveladas, o que George Herbert Mead ou John Dewey descreveram como a passagem de um regime de hábito para uma postura reflexiva, de investigação ou de experimentação. Aqui estamos, portanto, no oposto da simples adaptação ao contexto imediato de ação. Quando diz respeito à evolução de um sistema de relações, a preocupação é uma atitude racional, ainda que ela coloque sérias questões às pessoas: é ela compartilhada e compartilhável? Pode ela criar uma comunidade de investigação com o objetivo de descobrir, refinar, verificar, estabelecer certas veri-

ficações, procedendo de maneira abduativa no sentido de Charles Sanders Peirce (Chauviré, 2004)? Questão que, de certo modo, aumenta em intensidade o grau de preocupação! Trata-se então de testar as aderências dos outros sobre os processos, e nesse teste, frequentemente informal, incrustado nas trocas ordinárias, a conversa discreta é uma modalidade decisiva – múltiplas conversas preparando momentos de explicitação ou de passagem para a expressão pública. É quando o processo de discussão e de reconfiguração dos elos fracassa que o risco do ressentimento é extremamente forte. E o que é mais perigoso para aquele afetado por isso é sua irreversibilidade potencial, como quando não se chega mais a sair do regime de reclamação (Roustang, 2000). A antecipação desse risco pode, paradoxalmente, agravar a situação de dependência ao diferir as provas de explicitação e ao nutrir a própria relação de captura, produzindo o sentimento de consentimento.

O modelo do capturador ou a exploração fina das diferentes formas de captura

A pragmática da captura toca, como vimos, em processos bastante profundos. Daí que, para evitar reduplicar o efeito de psicologização, o sociólogo tenta se encaminhar, sem mudar a forma do raciocínio, na direção da configuração ou da estrutura social em causa. Para elucidar os tipos de *captura* em prática é preciso não somente examinar os procedimentos utilizados pelas pessoas e os grupos para criar, reforçar ou aniquilar relações de poder, mas também olhar como as ações ou as interpretações chegam a se dotar de um grau suficiente de legitimidade. Isso porque todo sistema de *captura* que funciona de maneira durável apoia-se sobre a busca de legitimidade dos atores que o coproduzem e que entretêm seu funcionamento. Por exemplo, o que há de mais legítimo para os pesquisadores senão tentar corresponder ao modelo de excelência agora inculcado desde os primeiros passos no mundo acadêmico (Frances, 2013)? Um responsável por um grupo de pesquisa não é levado a impulsionar sua equipe a se superar para conseguir bolsas pós-doutorais, financiamentos da Agence National de

Recherche (ANR)¹⁵ ou contratos europeus, dos Labex ou dos Idex¹⁶ e passar brilhantemente todas as provas de avaliação? Quem pode legitimamente se subtrair à lógica avaliativa quando um governo submete a si mesmo a agências de notação, invoca a classificação de Shangai e a competição internacional? Uma relação de *captura* é tanto mais forte quanto ela remete sem cessar aos apoios e às normas de legitimidade reconhecidas pelas pessoas que ela submete ao seu regime de experiência.

As formas contemporâneas de *captura* não são simples resíduos de formas tradicionais de autoridade e poder. Elas operam muito concretamente na fabricação dos elos tecidos entre as entidades ligadas pela produção de atividades, quer se trate de rotinas ou de performances – a rotina podendo, além disso, se passar por uma verdadeira performance em certos contextos práticos.¹⁷ Toda a dificuldade das investigações é de chegar a abordar no mesmo movimento o funcionamento ordinário das organizações em rede, os processos de ajuste e de engajamento pelos quais os atores forjam suas *aderências* sobre os outros e a emergência dos problemas de justiça, cuja própria literatura de *management*, por meio da noção da “justiça organizacional”, muito cedo percebeu a onipresença (Colquitt *et al.*, 2001). Uma vez que as relações se desenvolvem na duração, as questões de justiça não cessam de se colocar. À exceção de momentos de conflito aberto ou de crise política, elas permanecem escondidas em microagenciamentos pesando sobre as relações interpessoais, de modo que se instala uma propensão ao duplo discurso na maior parte dos atores: nas suas trocas formais, eles oferecem a troca, refazendo a prova nos quadros mais informais, o que evoca a cesura exposta por James Scott a propósito das artes de resistência (Scott, 1990). Resta que um dos maiores problemas dos atores, mesmo quando eles estão determinados a ir na direção de uma fala pública e do conflito, é identificar o centro de decisão e de cálculo, um lugar de cristalização do poder que perpassa o conjunto de processos e sobre o qual deve repousar a prova de força e de legitimidade.

A noção de *capturador* designa esse lugar de cristalização de forças a partir do qual se produzem relações de captura que asseguram a performatividade de séries de injunções ou de imperativos de

justificação e alinhamento. Uma entidade assume o lugar de capturador quando associa a captura da rede com poder de exigir justificações e prestação de contas, diretamente ou por delegação, a todos que participam da rede. A força do capturador reside na conjunção de uma forma de inacessibilidade e de uma capacidade de deslocamento. Quando atores identificam o ponto de origem de uma relação de captura que afeta suas atividades, eles têm várias possibilidades que evocam, com algumas nuances, as célebres estratégias de Albert Hirschman: se adaptar à situação de captura pela troca, tentar reverter a situação organizando um contrapoder, resistir discretamente tirando proveito de seu foro interior, fugir e sair do campo de forças. Em todos esses casos, o processo de identificação da fonte é primordial, uma vez que a partir disso se torna possível lhe atribuir a causa do mal sem cair na paranoia (Lemert, 1997; Favret-Saada, 2009) e, se o terreno é favorável, lançar uma prova de força recorrendo aos bons ofícios de um descapturador – figura pela qual o modelo carismático de Max Weber pode ganhar operacionalidade. Esse gênero de operação crítica está sempre sob risco e pode conduzir ao fracasso, do qual uma das manifestações possíveis é a redução ao ressentimento, propensão amplificada em todos os atores, que liga intimamente engajamentos cognitivos e investimentos afetivos (Angenot, 1996). Como a maior parte das relações de captura não se revela plenamente a não ser que seus efeitos devastadores se realizem, elas produzem transferências de negatividade em cascata sobre outros atores, dedicados, por sua vez, à reclamação e ao ressentimento em razão da sua incapacidade de poder capturar o processo.

A figura do capturador invoca, portanto, a outra face da mesma moeda, o descapturador, que designa a organização de um contrapoder suficientemente dotado de força e de legitimidade para quebrar a relação de captura.¹⁸ Cada dossiê inserido na casuística não provoca o aparecimento de diferentes encarnações, mas é preciso lembrar que se o capturador – ou o descapturador – pode ser representado por pessoas físicas ou morais, há poucos casos em que uma pessoa sozinha se confunde completamente com o poder que lhe é atribuído, o que remete à figura do ditador ou do tirano, rapi-

damente enfraquecido quando os outros deixam de apoiá-lo. Se cada um pode citar exemplos de pessoas, próximas ou não, conhecidas ou desconhecidas, a quem se atribui a função de captura – certas conjunturas políticas favorecendo mais do que outras a esse tipo de processo –, deve haver um esforço para compreender o conjunto do sistema de relações e suas evoluções. Inútil, portanto, invocar a “teoria do complô” para modelizar os fatores de captura. À medida que se pode estabelecer elos sem ter a intenção de fazê-lo, ao menos no início, é possível afirmar que todos os tipos de elo só são estabelecidos gradualmente, sem que haja uma clara visão do conjunto do processo.¹⁹

Quatro modalidades de captura

As lógicas de captura e de *escape da captura* nos conduzem, assim, a uma *pragmática da percepção*, permitindo compreender as intuições das pessoas quando detectam signos precursores, imperceptíveis para os outros e difíceis de serem explicitados sem contraprova e sem uma *análise configuracional* capaz de remetê-los ao sistema de elos em que operam as entidades em jogo. Ainda que eles sejam marcados em diferentes gradações pela opacidade e pela confusão que produz a expansão dos atores-rede, os casos estudados permitiram identificar modalidades de captura bastante gerais. Essas modalidades são tanto mais marcantes quanto elas exprimem valores defendidos pelas próprias ciências sociais, provocando um movimento de reflexividade suplementar. Mas elas têm por função, antes de tudo, ajudar a identificação da fonte de processos geradores de estados de “estresse”, “crueldade” ou “cinismo” nas relações ordinárias, processos esses cuja perspectiva crítica mostra como nutrem a competição geral orquestrada pelo *néomanagement* (Victor, 2014). A função de controle constrói-se com base em recursos que tornam, por uma duração mais ou menos longa, senão invisível, ao menos incessante, as operações do *capturador* a ativação de um imperativo de justificação; a captura do espaço de cálculo e de ferramentas de avaliação (poder de definição de interesses e de representações); a facilidade de conceder o reconhecimento (jogo de amor

e de admiração); o sistema de dádiva e contradádiva recobrando um véu de ignorância a incomensurabilidade de acesso às redes (troca cooperativa velando o sistema de troca desigual e a produção de uma forma de endividamento). Quando esses quatro recursos são reunidos em prol de uma mesma entidade, é possível dizer que ela tem plenos poderes e que pode controlar os outros permanentemente, sem recorrer a incitações à ordem sob o modo tradicional ou burocrático e sem mesmo ter necessidade de comprovar seu carisma. Identificando essas modalidades, torna-se mais precisa a ideia, comumente bastante compartilhada, que não há poder ou captura sem a contribuição ativa daqueles que, *a posteriori*, dele se dizem vítimas. Esses recursos podem nascer de uma forma de dominação econômica ou institucional e deles redobrar os efeitos, mas agem também, e sobretudo, sobre pessoas ou grupos, diga-se de passagem, fortemente dotados de capacidades e recursos – é mesmo a sua apropriação os alvos privilegiados para os quais se voltam os esforços do capturador (ver o *caso* Maldoff, outro caso marcante da coleção).

Tudo se passa como se o mundo em rede tivesse sido liberado das formas de captura que estavam em germe, embutidas nos modos anteriores de exercício do poder. Um dos terrenos mais marcantes é o dos mundos da pesquisa, cujas evoluções recentes mostram um acirramento do sistema de constrangimentos, evocando para alguns a servidão voluntária de Étienne La Boétie. Os novos *managers* não fazem senão explorar os usos ancorados nas práticas ordinárias dos meios acadêmicos: forte propensão à justificação ligada aos constrangimentos de argumentação e de prova, em razão da vulnerabilidade de toda proposição à crítica; papel maior – e mesmo esmagador – da economia do reconhecimento; gosto pronunciado pela noção de notação e de avaliação; importância do sistema de trocas em rede marcado por uma ambivalência profunda entre lógicas de captura de territórios, de um lado, e lógica de abertura e de compartilhamento contínuo de conhecimentos, de outro, o que tende a favorecer os usos estratégicos da lógica da dádiva e da contradádiva. Em alguns anos, a convergência de procedimentos de rotulagem, de avaliação e de justificação e de aliança de atores-rede dotados

de acesso ao depósito de recurso produziu uma forma de captura quase total, cujo processo de concentração de poderes realizado na Comue²⁰ serve de tipo-ideal! Eis porque o que está em jogo para as operações críticas visando a alargar as amarras não é pouco, pois esse sistema de captura serve entidades políticas e econômicas menos interessadas pela produção de saberes, de questionamentos e apoios críticos e mais pela acumulação de força e legitimidade, ela mesma geradora de capacidade de captura.

Uma coisa levando a outra, a partir de uma pragmática das aderências e das capturas, reencontra-se a configuração que une o *neomanagement* dos bens públicos, as tecnociências e o neoliberalismo (Pellizzoni e Ylönen, 2012). Se as aberturas são criadas pelas investigações coletivas sobre o que se faz nos dispositivos públicos, vê-se despontar o processo de um poder perfeitamente aparamentado para desarmar permanentemente a crítica sem recorrer a violência. Processo tanto mais evidente quanto a abertura das redes que se desdobra em fábrica contínua de “espaços discretos” (Gilbert e Henry, 2012) em que se organizam novas capacidades de captura. Do mesmo modo, se desejamos evitar que esses novos poderes recebam os modelos normativamente defendidos pelas ciências sociais (exigência de justificação, constrangimento de deliberação e participação, processo de alerta, desenvolvimento de atividades em rede etc.), é urgente reintroduzir uma capacidade de análise dos jogos de poder acompanhados, obviamente, por uma intensa reflexividade crítica.

Conclusão: ecologia da percepção e pragmática da interioridade

Voltada para os dispositivos descritos pelos próprios atores como sistemas de poder, a casuística pragmática proposta permite levar à investigação sobre a maneira como se fazem e se desfazem os elos de captura. Com isso, estamos agora em posição de retroagir sobre os conceitos existentes no núcleo da pragmática das transformações, revisitando notadamente a noção de “aderência” concebida em um outro contexto científico (Bessy e Chateauraynaud, 2014). Seguindo os procedimentos pelos

quais se encontram revelados jogos de poder sob a forma de verdadeiros “sistemas”, observa-se como dispositivos relativamente transparentes no início, porque eles incorporavam contrapoderes legítimos, podem evoluir na direção de mecanismos de captura em razão das perdas de aderências graduais da parte de atores que reconhecem como óbvios objetivos, constrangimentos procedurais ou, ainda, métodos de direção ou de comando (Cohen, 2013). A balística sociológica ganha, assim, uma capacidade de se enriquecer com a pragmática das relações de captura. Essa não se contenta mais com provas visíveis, mas explora a organização dos elos em que os constrangimentos públicos são levantados e a formação de relações opera livremente, ao menos até que conexões centrais se afrouxem, gerando, com isso, todo um conjunto de entidades, com consequências desiguais segundo o circuito expresso pelas revelações ou pela explosão do conflito.

Para explorar o espaço de possibilidades relativo à natureza dos elos que governam os atores, pode-se estabelecer como hipótese que eles variam segundo dois eixos, o grau de individualização de entidades e o grau de assimetria de aderências sobre as suas relações, o que permite encontrar quatro formas elementares da concepção pragmática do elo social: a coabitação de mônadas; a organização hierárquica de cadeias de entidades individuais; o engajamento colaborativo em redes cooperativas; o espaço coletivo de concertação colocando face à face grupos de entidades dotados de porta-vozes. Enfim, para compreender como se formam diferenciais de percepção, convém articular uma ecologia da percepção centrada sobre as aderências oferecidas pelos signos do mundo do entorno, e uma pragmática da interioridade, orientada na direção de intuições e de momentos reflexivos sobre o foro interior, lugar de deliberação ou de “conversa interior” (Archer, 2008), concebido como um apoio último em todo momento de resistência ou relançamento da contestação e onde uma sociologia pragmática pode se desvincular de uma concepção puramente personalista. Se os diferenciais de aderências entre os atores passam por um trabalho perceptivo sobre signos, a evolução de suas relações engaja também momentos de solidão, reflexivos ou de resubjectivação, necessários a toda reconfiguração (Roustang, 2000) e

sem os quais quase não haveria alerta ou contestação inventiva. Os inúmeros casos e controvérsias, incluindo aquelas em torno das tecnociências, geram a necessidade de uma pragmática da interioridade, a qual convém tratar simetricamente com os dispositivos deliberativos e participativos, dado que se tratam de duas vias incontornáveis para fazer dos sujeitos políticos produtores de democracia, capazes de detectar do modo mais amplo possível os processos de captura e os estragos irreversíveis que eles produzem.

Para finalizar, consideremos três figuras radicais da captura tematizadas pelas controvérsias públicas, nas quais não se cessa de mostrar a profecia de uma próxima transformação de nossa condição de estar no mundo: dispositivos de segurança que se aplicam a partir de agora a todos; tecnologias invasivas que produzem uma redefinição de tudo o que faz de nós humanos; e, enfim, sistema de hiper-avaliação apontados para atividades ligadas historicamente à liberdade criadora, como educação, arte ou a pesquisa. Se acreditamos nos profetas do apocalipse, a instalação cada vez mais próxima dessas matrizes de poder-saber, que nutrem uma literatura considerável, vai acabar precocemente com todo ato de rebelião e suprimir todas as formas de vida alternativa. O poder atribuído é certamente excessivo e superestimado. Estamos no regime da anti-utopia; do mesmo modo, como acreditam os juristas, não há nenhum sistema de regras que pode se instalar de forma definitiva sobre um mundo povoado de viventes (Hermitte, 2013). Mas é exatamente porque o próprio vivente está em causa que o enrijecimento totalitário se tornou possível. É o que testemunha, entre outros, depois de um início de “abertura”, a experiência infeliz dos defensores da “sociedade civil” chinesa diante da ascensão de um Xi Jinping, esse “novo imperador” que jamais teria esperado a tradução para o idioma chinês do livro de Yves Cohen, *Siècle des chefs*, para tomar plenos poderes. Isso quer dizer que a referência ao pragmatismo não deve soar como um excesso de otimismo e conduzir, sobretudo, ao exame do conjunto de caminhos possíveis, também levando a sério as condições de performatividade das visões mais obscuras.

Para evitar a oscilação ciclotímica entre encantamento e desencantamento, nada melhor do que se basear na percepção sensível, ter atenção aos ambientes e aos seres que nele interagem e nos quais se produzem as aderências sobre o mundo. A entrada pelos ambientes em interação abre novas tramas entre os espaços confinados nas arenas públicas. Se a confrontação de experiências e a deliberação em torno dos valores e de bens é necessária para uma repolitização do mundo vivido, então é preciso que as próprias condições da vida estejam asseguradas, o que não garante nem as mudanças planetárias globais, nem as associações de ressentimentos individuais e coletivos.

Notas

- 1 É a definição mais comumente citada, tirada do primeiro tomo de *Économie et société* (Weber, 1971, pp. 95-96). Sobre a genealogia mais complexa do conceito de dominação, ver a edição coordenada por Yves Sintomer (Weber, 2013).
- 2 A palavra aderência foi a que mais se aproximou do sentido conceitual da palavra francesa *prise*, tal como Francis Chateauraynaud a utiliza no texto. Na definição lexical, *prise* refere-se à “ação de pegar ou capturar alguma coisa, geralmente com a mão, com um outro órgão ou com um instrumento”. E aderência diz respeito à “característica ou propriedade do que é aderente”. No sentido trabalhado por Chateauraynaud, o conceito *prise* aponta para a aderência que existe na relação do organismo com o ambiente ou dos corpos com as dobras da matéria. O conceito situa-se dentro de um *continuum* entre dois extremos: de um lado, se não há nenhuma aderência existente, então a realidade flutua; se a aderência é excessiva, absoluta, não há qualquer movimento, mas aprisionamento. Então, para poder bem operar sobre o real, o organismo, por vezes com o auxílio de dispositivos sociotécnicos, precisa de uma “boa pegada”, quer dizer, de uma aderência suficientemente boa (o suficientemente bom aqui no sentido de Winnicott). O exemplo que Chateauraynaud nos oferece do conceito, em sua obra escrita com Christian Bessy, *Experts et faussaires* (1995), faz alusão à escalada: a boa aderência (preensão ou *prise*) é aquela que, no contato com as dobras da montanha, alcança a proximidade ideal para prosseguir no curso de ação minimamente controlado. Pois se a aderência é excessiva, a mão prende e o escalador fica aprisionado; se não há nenhuma aderência, o escalador simplesmente desliza, flutua e cai (N. T.).
- 3 Não há propriamente um equivalente da palavra *emprise* nem da expressão *relation d'emprise* no português. Por isso achamos que vale uma nota explicativa relativa à decisão da tradução de *emprise* por “captura”. Entendemos que outras traduções possíveis seriam as palavras “posse”, que possui uma conotação excessivamente jurídica; “posseção”, que, no caso brasileiro em particular, é associada às religiões afro e excessivamente ligada ao espaço semântico religioso. “Dominação” e “controle”, outros termos possíveis, foram recusados pelo próprio autor deste texto. Portanto, a palavra “captura” é, em nossa opinião, aquela que melhor define, no português, o sentido que Chateauraynaud aspira conferir à noção de *emprise*, a saber, a ação de tomar posse, possuir ou ser possuído, capturar ou ser capturado pelo outro. Cabe dizer que devo a decisão de traduzir *emprise* por captura à Olivia Von der Weid, a quem agradeço muitíssimo pela atenta leitura da presente tradução. Agradeço também a Frédéric Vandenberghe e ao próprio autor, Francis Chateauraynaud, pelas conversas em torno das decisões terminológicas relativas à tradução de termos específicos do presente texto no português (N. T.).
- 4 O caráter fundamentalmente discreto de uma verdadeira captura é, de modo geral, remetido a Maquiavel. Em um mundo regido pela confrontação pública de pretensões ao poder, esse tipo de processo não é objeto de uma atenção conferida contrariamente às manifestações mais visíveis dos jogos de poder. Ver o conjunto de contribuições reunidas por Stewart R. Clegg e Mark Haugaard em seu manual intitulado *Power* (Clegg e Haugaard, 2009).
- 5 Ver a esse respeito a entrevista com Dominique Rousseau, “On a inversé la fonction de la Constitution!”, *Mediapart*, 7 set. 2014. Disponível em <http://www.c6r.org/spip.php?article1213>.
- 6 Ver, por exemplo, a maneira como Jacques Sapir aproxima a crítica da economia política neoliberal que ele desenvolve com o pensamento de John Dewey concernente ao liberalismo (Sapir, 2014).
- 7 O uso de Michel Foucault voltou-se nos últimos anos para a crítica da democracia participativa como forma de extensão da governamentalidade: grosso modo, fazendo participar, integra-se a crítica e reforça-se a capacidade de governo. Essa versão pode, contudo, se voltar contra ela mesma. É o que propõe Sandrine Rui, quando ela contesta os usos de Michel Foucault, orientados principalmente na direção da governamentalidade de condutas e nas quais o pesquisador guarda, *in fine*, o monopólio da crítica. Ela reclama por uma análise mais simétrica dos jogos de poder capazes de compreender as linhas de fuga em que se inscrevem formas de resistência.

- 8 Ver sobre este ponto a maneira como James C. Scott utiliza o *métis* segundo Marcel Détienne e Jean-Pierre Vernant em *Seeing like State: how certain schemes to improve the human condition have failed* (Scott, 1999).
- 9 Marc Angenot consagrou uma obra às ideologias do ressentimento que demonstra as figuras retóricas da reclamação contínua (Angenot, 1996). Mas o processo de fabricação do ressentimento parece revelar, segundo ele, características disposicionais, o que não ocorre sem evocar a figura do homem do ressentimento. Surgindo com Friederic Nietzsche na história da filosofia, desenvolvido por Max Scheler, depois por Gilles Deleuze, o homem do ressentimento aparece hoje como um completo espantinho. Para marcar os limites da aceitação em matéria de reclamação e denúncia, dos neonietzschianos aos novos moralistas, convocam-se muitos contextos. Se é verdade que o ressentimento é a fonte do mal por excelência, ainda é preciso dela compreender a produção contínua, e, desse ponto de vista, a análise dos processos de captura é primordial.
- 10 Notemos que, no *corpus*, um bom exemplo concerne diretamente à sociologia (Grignon, 2002).
- 11 A Agência Americana Antidoping (Usada) publicou no final de 2010 um dossiê pressionando Lance Armstrong e sua antiga equipe, o U.S. Postal, dossiê introduzido pela seguinte fórmula: “As provas mostram, sem nenhuma dúvida, que o U.S. Postal realizou um programa de doping mais perfeito, mais profissional e mais eficaz jamais visto no esporte”. Ver o dossiê no *site* da Usada; sobre a luta antidoping em escala mundial, ver Julie Demeslay (2013).
- 12 Ver entre outras fontes, o dossiê intitulado “La colère d’une ancienne fonctionnaire du 92”. Disponível em franceinter.fr/dossier-la-colere-d-une-ancienne-fonctionnaire-des-hauts-de-seine, consultado em 11/8/2014.
- 13 Falta lugar para desenvolver os raciocínios ligados aos modelos de rede e às diferentes formas de capital social (Portes, 2000). O encerramento do raciocínio matemático sobre as propriedades formais faz aparecer oposições em seus modelos de rede: aberto ou fechado; individual ou coletivo. Sob a expressão de análise de rede, trata-se de percorrer as ramificações de uma rede individual, egocentrada, ou de identificar as ligações cuja força provém da densidade das redes que elas conectam, como no relatório de grupos que constituem universos densos e fechados? A sociologia das redes também tem suas controvérsias, por exemplo entre os defensores de Ronald Burt ou aqueles de James Coleman, controvérsias que mereceriam um estudo específico, pois nelas se exprimem tensões epistêmicas próprias às ciências sociais (Gingras, 2014).
- 14 A relação entre rede (*network*) e meio (*meshwork*) foi tematizada por Tim Ingold em um divertido texto visando a crítica da teoria do ator-rede com base na antropologia da percepção (Ingold, 2008). A esse propósito, o pragmatismo permite prolongar a fenomenologia da percepção, dando-lhe um impacto maior. É curioso como Tim Ingold, que se apoia sobre Merleau-Ponty e James Gibson, não se mostre particularmente atento aos autores pragmatistas: há apenas uma breve menção a William James sobre a percepção da luz em *Being alive* (Ingold, 2011).
- 15 Agência Nacional de Pesquisa.
- 16 Labex: Laboratoires d’Excellence (Laboratórios de Excelência); Idex: Initiatives d’Excellence (Iniciativas de Excelência).
- 17 É o que mostram os conflitos levados adiante por grupos profissionais que penam para tornar aceitável sua causa aos olhos do “público”, ainda que eles tentem mostrar como suas atividades ordinárias, em situação de penúria de meios, revelam a performance e não a rotina. Dos empregos temporários da indústria do espetáculo aos pilotos de avião comercial, passando pelos professores-pesquisadores, os exemplos não possuem déficit de legitimidade na expressão pública dos constrangimentos profissionais.
- 18 O descapturador está para o capturador assim como a pessoa que retira o feitiço está para o feitiçeiro nas lutas pela captura dos territórios e nos jogos de força descritos por Jeanne Favret-Saada (1977).
- 19 Não faltam versões literárias da captura que não se descobrem senão no fim da história, como *Les démons*, de Fiodor Dostoïevski. Para um exemplo mais próximo, ver o excelente romance histórico de Léonardo Padura, *L’homme qui aimait les chiens* (Paris, Métailié, 2011).
- 20 Comunidade de universidades e estabelecimentos. O objeto das comunidades é coordenar as ofertas de formação e as estratégias de pesquisa e transferência de estabelecimentos públicos de ensino superior sobre um dado território.

BIBLIOGRAFIA

- ANGENOT, M. (1996), *Les idéologies du ressentimento*. Montréal, Éditions XYZ.
- ARCHER, M. (2008), *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ARENDT, H. (1995), *Qu’est-ce que la politique?* Paris, Éditions du Seuil.

- BARBER, B. (1997), *Démocratie forte*. Paris, Desclée de Brouwer.
- BARTHE, Y. et al. (2014), “Sociologie pragmatique: mode d’emploi”. *Politix*, 3 (103): 175-204.
- BERT, J.-F. & LAMY, J. (2014), “Foucault et les sciences humaines et sociales: entre dialogues et incompréhensions”, in J.-F. Bert e J. Lamy (orgs.), *Michel Foucault, un héritage critique*, Paris, CNRS.
- BESSY, C. & CHATEAURAYNAUD, F. (2014), “L’attention aux choses: chemins pragmatiques de l’authenticité”, in _____, *Experts et faussaires: pour une idéologie de la perception*, 2. ed., Paris, Pétra, pp. 431-504.
- BLONDIAUX, L. (2008), *Le nouvel esprit de la démocratie*. Paris, La Découverte.
- BLOOR, D. (1983), *Sociologie de la logique ou les limites de l’épistémologie*. Paris, Pandore.
- BOLTANSKI, L. & THÉVENOT, L. (1991), *De la justification*. Paris, Gallimard.
- CARDON, D. (2010), *La démocratie internet: promesses et limites*, Paris, Éditions du Seuil.
- CEFAÏ, D. (2007), *Pourquoi se mobilise-t-on?* Paris, La Découverte.
- CHATEAURAYNAUD, F. (2006), “*Les asymétries de prises: des formes de pouvoir dans un monde en réseau*”. Documento do Groupe de Sociologie Pragmatique et Réflexive (GSPR) da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS). Disponível em hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/11/16/74/PDF/Les_asymetries_de_prises2006.pdf.
- _____. (2011), *Argumenter dans un champ de forces: essai de balistique sociologique*. Paris, Pétra.
- _____. & DEBAZ, J. (2011), “Entre lobbying et déontologie: histoires de conflits d’intérêts”. *SocioInformatique et Argumentation*, abr. Disponível em socioargu.hypotheses.org.
- CHAUVIRÉ, C. (2004), “Aux sources de la théorie de l’enquête: la logique de l’abduction chez Peirce”, in B. Karsenti e L. Quéré (orgs.), *La croyance et l’enquête*, Paris, Éditions de l’EHESS, pp. 55-84 (série Raisons Pratiques, 15).
- CLARKE, J.; COLL, K.; DAGNINO, E. & NEVEU, C. (2014), *Disputing citizenship*. Bristol, Policy Press.
- CLEGG, S. R. & HAUGAARD, M. (orgs.). (2009), *The sage handbook of power*. Londres, Sage.
- CLOT, Y. (2010), *Le travail à cœur: pour en finir avec les risques psychosociaux*. Paris, La Découverte.
- COHEN, Y. (2011), “Foucault déplace les sciences sociales: la gouvernementalité et l’histoire du xxe siècle”, in P. Laborier et al. (orgs.), *Les sciences camérales: activités pratiques et histoire des dispositifs publics*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 43-79.
- _____. (2013), *Le siècle des chefs*. Paris, Amsterdam.
- COLQUITT, J. A. et al. (2001), “Justice at the millennium: a meta-analytic review of 25 years of Organizational Justice Research”. *Journal of Applied Psychology*, 86: 425-445.
- COMETTI, J.-P. (2010), *Qu’est-ce que le pragmatisme?* Paris, Gallimard.
- CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. (1977), *L’acteur et le système*. Paris, Éditions du Seuil.
- DELEUZE, G. (1986), “Les stratégies ou le non stratifié: la pensée du dehors (pouvoir)”, in _____, *Foucault*, Paris, Éditions de Minuit.
- DEMESLAY, J. (2013), *L’institution mondiale du dopagem: sociologie d’un processus d’harmonisation*. Paris, Pétra.
- DEWEY, J. ([1934] 2005), *L’art comme expérience*. Paris, Gallimard.
- _____. ([1927] 2010), *Le public et ses problèmes*. Paris, Gallimard.
- ENZENSBERGER, H. M. (2006), *Le perdant radical: essai sur les hommes de la terreur*. Paris, Gallimard.
- FAVRET-SAADA, J. (1977), *Les mots, la mort, les sorts: la sorcellerie dans le bocage*, Paris, Gallimard.
- _____. (2009), *Désorcèler*. Paris, Éditions de L’Olivier.
- FOUCAULT, M. (1982), “Le sujet et le pouvoir”, in H. Dreyfus e P. Rabinow (orgs.), *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 208-226.
- FRANCES, J. (2013), *Former des producteurs de savoirs: les réformes du doctorat à l’ère de l’économie de la connaissance*. Thèse de doctorat, Paris, EHESS.
- FREGA, R. (2012), *Practice, judgment, and the challenge of moral and political disagreement: a pragmatist account*. Lanham, Lexington Books.

- GARRETA, G. (1999), "Situation et objectivité: activité et émergence des objets dans le pragmatisme de Dewey et Mead", in M. de Fornel e L. Quéré (orgs.), *La logique des situations*, Paris, Éditions de l'EHESS, pp. 35-68 (série Raisons Pratiques, 10).
- GIDDENS, A. (2009), *Sociology*. 6. ed. Cambridge, Polity Press.
- GILBERT, C. & Henry, E. (2012), "La définition des problèmes publics: entre publicité et discrétion". *Revue Française de Sociologie*, 1(531): 35-59.
- GINGRAS, Y. (2014), "La dynamique des controverses en sciences humaines et sociales", in Y. Gingras (org.), *Controverses: accords et désaccords en sciences humaines et sociales*, Paris, CNRS.
- GIREL, M. (2007), "Pragmatisme et éducation morale: philosophie et conduite de la vie chez Peirce, James et Dewey". Disponível em http://www.academia.edu/184282/_Pragmatisme_et_%C3%A9ducation_morale_Philosophie_et_conduite_de_la_vie_chez_Peirce_James_et_Dewey.
- _____. (2013), "From doubt to its social articulation: pragmatist insights". *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, 5 (2): 6-23. Disponível em <http://www.inxjournalofpragmatism.eu/wp-content/uploads/2014/01/Girel-M-EJPAP-2013-5-2.pdf>.
- GUILLAUME, J.-L. & LATAPY, M. (2005), "Complex network metrology". *Complex Systems*, 16: 83-94.
- GRIGNON, C. (2002), "Comment peut-on être sociologue?". *Revue Européenne des Sciences Sociales*, XL (123).
- HERMITTE, M.-A. (2013), *Le droit saisi au vif: sciences, technologies et formes de vie*. Paris, Pétra.
- INGOLD, T. (2008), "When ant Meets spider: social theory for arthropods", in C. Knappett e L. Malafouris (orgs.), *Material agency. towards a non-anthropocentric approach*, Nova York, Springer, pp. 209-215.
- _____. (2011), *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres, Routledge.
- JEANNERET, Y. (2014), *Critique de la trivialité. Les médiations de la communication, enjeu de pouvoir*. Paris, Non Standard.
- JASPER, J. M. (2011), "Emotions and social movements: twenty years of theory and research". *Annual Review of Sociology*, 37: 285-303.
- LAURENS, S. (2013), "Make it EU friendly: les entrepreneurs du 'patronat européen' face aux effets de la concurrence économique". *Sociétés Contemporaines*, 1 (89): 17-46.
- LEMERT, E. M. (1997), *The trouble with evil: social control at the edge of morality*. Albany, The Suny Press.
- MEAD, G. H. (1934), *Mind, self, and society*. Chicago, University of Chicago Press.
- MURRAY, T. H. & JOHNSTON, J. (2010), *Trust and integrity in biomedical research: the case of financial conflicts of interest*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- PELLIZZONI, L. & YLÖNEN, M. (2012), "Hegemonic contingencies: neoliberalized technoscience and neorationality", in _____ (orgs.), *Neoliberalism and technoscience: critical assessments*, Farnham, Ashgate.
- PORTES, A. (2000), "The two meanings of social capital". *Sociological Forum*, 15 (1): 1-12.
- QUÉRÉ, L. (1999), "Action située et perception du sens", in M. de Fornel e L. Quéré (orgs.), *La logique des situations*, Paris, Éditions de l'EHESS, pp. 301-338 (série Raisons Pratiques, 10).
- RABINOW, P. (2011), "Dewey and Foucault: What's the problem?". *Foucault Studies*, 11: 11-19.
- RANCIÈRE, J. (1987), *Le maître ignorant: cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle*. Paris, Fayard.
- _____. (1990), *Aux bords du politique*. Paris, Osiris.
- RENAULT, E. (2013), "Dewey, Hook et Mao: quelques affinités entre marxisme et pragmatisme". *Actuel Marx*, 2 (54): 138-157.
- ROSANVALLON, P. (2006), *La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance*. Paris, Éditions du Seuil.
- ROUSTANG, F. (2000), *La fin de la plainte*. Paris, Odile Jacob.
- RUI, S. (2013), "'Où est donc le danger?' Participation et usages de Foucault". *Participations – Revue de Sciences Sociales sur la Démocratie et la Citoyenneté*, 6: 65-86.

- SAPIR, J. (2014), “Dewey et les sciences sociales”. *Blog de Jacques Sapir sur la Russie e l'Europe*. Disponível em <http://russeurope.hypotheses.org/2071>.
- SCOTT, J. C. (1990), *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (1999), *Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven, Yale University Press.
- SCOTT, J. (2013), *Social Network Analysis*. Londres, Sage.
- SZE, J. (2007), *Noxious New York: The racial politics of urban health and environmental justice*. Cambridge, MIT Press.
- VICTOR, C. (2014), “Le cynisme, valeur montante du management”. *Le Monde Diplomatique*, 725, ago.
- WEBER, M. (1971), *Économie et société*. Paris, Plon.
- _____. (2013), *La domination*. Edição crítica estabelecida por Yves Sintomer. Paris, La Découverte.
- WOLFE, J. (2012), “Does pragmatism have a theory of power?”. *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, 4 (1): 120-137. Disponível em lnx.journalofpragmatism.eu/wp-content/uploads/2012/07/7_wolfe.pdf.
- ZASK, J. (2011), *Participer: essai sur les formes démocratiques de la participation*. Paris, Le Bord de l'Eau.
- ZIMMERMANN, B. (2011), *Ce que travailler veut dire: une sociologie des capacités et des parcours professionnels*. Paris, Economica.

**A CAPTURA COMO
EXPERIÊNCIA: INVESTIGAÇÕES
PRAGMÁTICAS E TEORIAS DO
PODER**

Francis Chateauraynaud

Palavras-chave: Pragmatismo; Poder; Captura; Crítica; Rede; Desvelamento.

Por muito tempo, a sociologia pragmática considerou que não tinha nada a dizer sobre os jogos de poder. Uma de suas regras de método exigia aproximar-se dos próprios atores quando eles se punham a desvelar, ao longo de polêmicas e processos, formas de poder ou de dominação. Apoiando-se em muitos dossiês, o artigo mostra como redirecionar a pesquisa pragmática para apreender de outro modo a crítica das relações de poder, cujo grau de visibilidade pública depende da trajetória seguida pelos atores tomados pela lógica da crise ou do conflito. Os elementos de uma captura bem-sucedida e aqueles em que se apoia todo o trabalho de escape da captura são, pouco a pouco, expostos: imperativo de justificação, conservação de uma necessidade de reconhecimento do caso, controle dos instrumentos de avaliação, produção de uma troca desigual invisível.

**THE CAPTURE AS EXPERIENCE:
PRAGMATIC INQUIRY AND
POWER THEORIES**

Francis Chateauraynaud

Keywords: Pragmatism; Power; Capture; Criticism; Network; Unveiling.

For a long time, the pragmatic sociology considered that it had nothing to argue about power games. One of the rules of its method demanded to approach the actors when they were about to unveil, through polemics and process, forms of power or domination. Based on a number of dossiers, this article demonstrates how to redirect the pragmatic research to comprehend in another manner the critique of power relations, whose degree of public visibility depends on the trajectory followed by the actors taken by the logic of crisis or conflict. The elements of a successful capture, and those in which all the work of escape from the capture is based, will be exposed: imperative of justification, conservation of a need for case recognition, control of evaluation tools, and production of an invisible and unequal exchange.

**L'EMPRISE COMME
EXPÉRIENCE. ENQUÊTES
PRAGMATIQUES ET THÉORIES
DU POUVOIR**

Francis Chateauraynaud

Mots-clés: Pragmatisme; Pouvoir; Emprise; Critique; Réseau; Dévoilement.

Longtemps, la sociologie pragmatique a considéré qu'elle ne pouvait rien énoncer sur les jeux de pouvoir. Une de ses règles de méthode exigeait de s'en remettre aux acteurs eux-mêmes dès lors qu'ils entreprennent de dévoiler, au fil de polémiques et de procès, des figures du pouvoir ou de la domination. En s'appuyant sur de nombreux dossiers l'article montre comment infléchir l'enquête pragmatique pour appréhender autrement la critique des rapports de pouvoir, dont le degré de visibilité publique dépend de la trajectoire suivie par des acteurs pris dans une logique de crise ou de conflit. Les ressorts principaux d'une emprise réussie et sur lesquels porte tout travail de déprise sont tour à tour exposés : impératif de justification, entretien d'un besoin de reconnaissance, contrôle des instruments d'évaluation, production d'un échange inégal invisible.